



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

DELIBERAÇÃO Nº 32/2022 - CONSEPEX/IFRN

7 de junho de 2022

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 do Estatuto do IFRN e,

CONSIDERANDO o que consta no processo nº [23057.005693.2021-18](#), de 7 de outubro de 2021;

DELIBERA:

I – APROVAR, *ad referendum*, na forma dos anexos, o Projeto Pedagógico e o Projeto de Autorização de Funcionamento do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT, na modalidade a distância, no *Campus* Avançado Natal-Zona Leste deste Instituto Federal.

II – PROPOR ao Conselho Superior a criação do curso no âmbito deste Instituto e seu funcionamento no *Campus* Avançado Natal-Zona Leste, a partir do segundo semestre letivo de 2022.

SAMIRA FERNANDES DELGADO

Presidente em Exercício

(Portaria nº 936/2022-RE/IFRN, de 03/06/2022, publicada no DOU de 06/06/2022)

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** PPC_DocentEPT_UAB_Setec (anexado em 07/06/2022 15:52:59)
- **Anexo #2.** PAFC Docência EPT 31-05 (anexado em 07/06/2022 15:53:39)

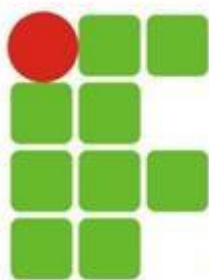
Documento assinado eletronicamente por:

- **Samira Fernandes Delgado, REITOR - SUB-CHEFIA - RE**, em 07/06/2022 16:13:48.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 403590
Código de Autenticação: e617c6b832





INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

Curso de Pós-Graduação

(Lato Sensu)

Especialização em

Docência para a Educação

Profissional e Tecnológica -

DocentEPT

na modalidade à

distância

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas de Regulação para a Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu)
Especialização em Docência para a
Educação Profissional e Tecnológica –
DocentEPT

- Diretrizes Gerais –

(Oferta Capes/UAB e Setec/MEC)

Projeto aprovado pela Deliberação N° 32/2022-CONSEPEX/IFRN, de 07/06/2022 e
homologado pela Resolução N° 61/2022-CONSUP/IFRN, de 07/06/2022.

Ministro Interino da Educação
Victor Godoy Veiga

Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica
Tomás Dias Sant'Ana

Diretora de Políticas de Regulação de
Educação Profissional e Tecnológica
Joelma Kremer

Coordenar-Geral de Planejamento e Avaliação
da Educação Profissional e Tecnológica
Anderson Sanita

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
(Lato Sensu) em Docência para a Educação
Profissional e Tecnológica (Oferta
Capes/UAB e Setec/MEC)
Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(Capes)
Cláudia Mansani Queda de Toledo

Diretor de Educação a Distância
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Coordenação-Geral de Programas e Cursos em
Ensino a Distância
Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação Acadêmica
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e
Formação em EAD
Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento
Bruno Teles Nunes

Coordenação de Supervisão e Fomento
Rogério de Sousa Oliveira
Coordenação de Concessão de Bolsas
Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de elaboração do Projeto de Curso
de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência
para a Educação Profissional e Tecnológica
(versão original)

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger
Olivier Allain

Colaboradores
Instituto Federal do Espírito Santo
Mônica Costa Arrevabeni
Danielli Veiga CarneiroSondermann
Wesley Vitor da Silva

Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica
Marilza Regattieri
Joelma Kremer
Crislaine Kruber
Joedna Hubner

Reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência
para a EPT em 2022.

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger

Instituto Federal do Espírito Santo
Larissy Alves Cotonhoto

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso
de Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em
Docência para a EPT para oferta Capes/UAB
e Setec/MEC

Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica
Simone Medeiros

Colaboradoras
Iara Christina Silva Barroca
Joana Darc de Castro Ribeiro
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa
Luiz Alberto Rocha de Lira

IFRN

Reitor

José Arnóbio de Araújo Filho

Diretor do Campus Avançado Natal – Zona Leste

Prof. Dr. José Roberto Oliveira dos Santos

Coordenação Geral da Universidade Aberta do Brasil

Prof^a Dra. Edneide da Conceição Bezerra

Coordenação Adjunta da Universidade Aberta do Brasil

Prof^a Ms. Gueidson Pessoa de Lima

Coordenação do Curso

Prof^a Dr^a Claudia Pereira de Lima Parente

Suporte Pedagógico

Msc Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

**Comissão de Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Curso de Pós-Graduação
(Lato Sensu) em Docência para a EPT para oferta Capes/UAB e Setec/MEC no âmbito
do IFRN**

Claudia Pereira de Lima Parente

Edneide da Conceição Bezerra

Leandro Viana Silva

Luciane Soares Almeida

Maria Adilina Freire Jerônimo de Andrade

Patrícia Carla de Macedo Chagas

Silvia Regina Pereira de Mendonça

Thalita Cunha Motta

SUMÁRIO

1. Identificação do Curso	7
2. Caracterização da proposta	8
2.1. Apresentação e contextualização institucional	8
2.2. Breve histórico da oferta do Curso	8
2.3. Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	12
2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	12
2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	15
2.3.3 Outras dimensões do trabalho	17
2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica	19
2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores	20
2.3.6 Princípios Educacionais	21
2.4. Viabilidade técnica para a oferta nacional	22
2.5. Justificativa	24
2.5.1 Exigência Legal	24
2.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	25
2.6. Objetivo Geral	27
2.7. Objetivos Específicos	28
2.8. Público-alvo	28
2.9. Perfil do Egresso	28
2.10. Infraestrutura	29
2.10.1 Instalações gerais e equipamentos	29
2.10.2 Polos de apoio presencial	30
2.10.3 Biblioteca	31
2.11. Fontes de Recursos Orçamentários	32
3. Corpo Docente e Técnico do Curso	32
3.1. Formação de Formadores e equipes locais	32
3.2. Corpo Docente e técnico	33
3.3. Coordenação e Corpo Docente do Curso	34
4. Matriz Curricular	34
4.1. Componentes Curriculares:	35
4.1.1 Certificações Intermediárias	36
4.1.2 Certificação	36

<i>4.2. Ementário</i>	36
<i>4.3. Metodologia</i>	54
<i>4.4. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem</i>	55
<i>4.5. Trabalho Final de Curso ó TFC</i>	56
<i>4.6. Atividades de atendimento aos estudantes</i>	57
6. Estágio	57
7. Avaliação do Curso	57
REFERÊNCIAS	58

1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável					
Carga Horária Total	590h ¹	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	XX
Modalidade	Educação a distância				
Sistema de organização	Modular				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec/MEC - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.				
Público-Alvo	Graduados, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público alvo preferencial são professores com a mesma formação que atuam no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.				
Início da oferta	Agosto de 2022				

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, com carga horária de 590h, duração de 18 meses, na modalidade a distância, destina-se a graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica, com vagas distribuídas em 25 instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), em sua segunda oferta a partir de agosto de 2022.

¹ Nos casos em que houver necessidade de ampliação da duração da carga horária do Curso DocentEPT para 18 meses, será necessário que a instituição ofertante justifique a necessidade dessa ampliação e solicite essa alteração à Setec/MEC e a Capes/UAB, por meio de ofício, para os encaminhamentos necessários. Essa solicitação deve ser encaminhada antes do início da oferta do Curso, não sendo possível essa alteração depois do início das atividades de oferta e de tramitação do PPC nas instâncias das instituições de ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB/Capes.

2. Caracterização da proposta

2.1. Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a nova oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, para a qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB, no âmbito do Edital nº 9/2022, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação Profissional nas redes públicas de educação.

2.2. Breve histórico da oferta do Curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam

ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os termos do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (Lato Sensu), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico.

Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo.

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem

licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que

obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didáticos-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, aqui apresentado, tem a intenção de subsidiar as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB/Capes na elaboração de seus projetos, já que deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 9/2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

2.3. Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

2.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o homo sapiens (definição da Biologia) é, também, um homo faber, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reprodutível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O homo technicus transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal-ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e

descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

2.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (techne + logos) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar do e no fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como adjetiva do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da

Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

2.3.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN et al., 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin et al. (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a

identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se com, não só um quê. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro

identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

2.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso

responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

2.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

2.3.6 Princípios Educacionais

Esse Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade adjetiva humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;

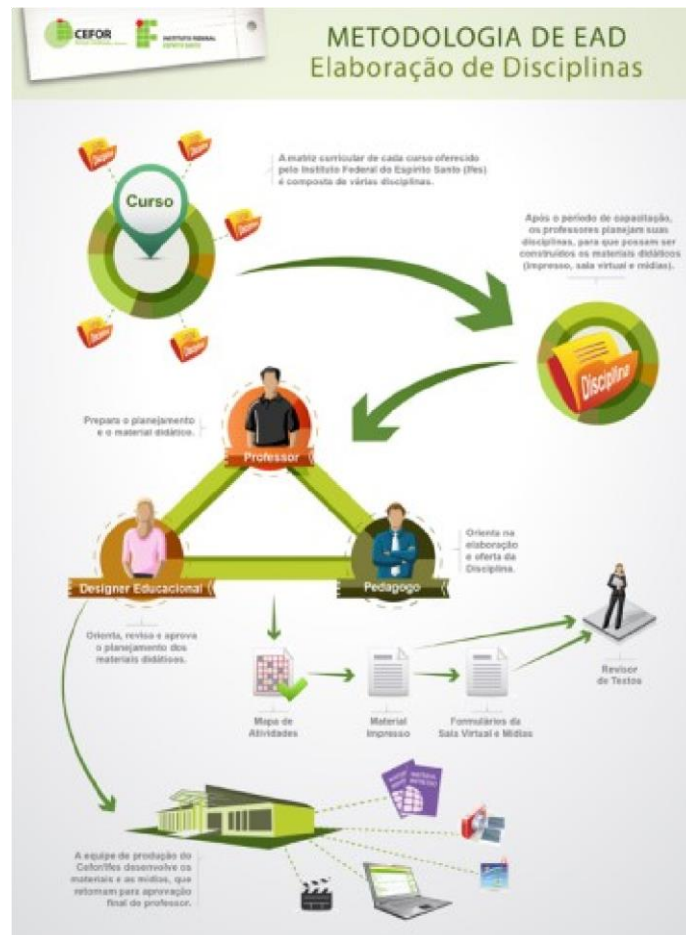
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

2.4. Viabilidade técnica para a oferta nacional

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação, bem como na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/IFES desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFES.

Figura 1. Metodologia de elaboração de disciplinas EaD



Fonte: Cefor/Ifes (2019)

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/IFES, tem a carga horária total de 590 horas, sendo o

público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por doze disciplinas obrigatórias, sendo duas delas referentes ao Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (online) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação, constituída por membros internos e externos, e com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de 60 pontos.

2.5. Justificativa

2.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

2.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação

das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser

flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

2.6. Objetivo Geral

O Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação (MEC), com gerenciamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

2.7. Objetivos Específicos

- Capacitar professores para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

2.8. Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

2.9. Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;

- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos

2.10. Infraestrutura

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do Curso e pela migração dos conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/IFES.

O suporte técnico para a migração dos conteúdos das disciplinas do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/IFES, a partir de contatos (e-mail e telefone institucionais) previamente definidos entre as equipes envolvidas, sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/IFES

2.10.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, realizado por meio de uma parceria que envolve diferentes instituições e tendo o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados tanto para o curso quanto pelas as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Capes/UAB pela oferta do Curso DocentEPT, destacamos a infraestrutura dessas instituições no que diz respeito à estrutura física e digital de que elas dispõem.

Quanto à infraestrutura física, cada instituição definirá previamente o cadastro dos polos de apoio presencial, no Sicapes, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Cefor/IFES podem ser migrados com facilidade para cada uma

delas. Para esse gerenciamento e acompanhamento, a instituição ofertante definirá as equipes técnicas responsáveis, que podem colaborar com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

O Cefor/IFES ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais das instituições ofertantes do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC, nos termos definidos pela parceria IFES e Setec/MEC.

2.10.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados, conforme segue abaixo:

- Polo Efetivo: quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal;
- Polo Associado: quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação.

Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;

- Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas tais como datashow; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Na oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 9/2022 e o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo. Essa definição se dará no Sicapec, durante o processo de cadastro das propostas do Curso DocentEPT, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC.

Cada instituição definirá os polos de apoio presencial, considerando a média de, no mínimo, até 50 cursistas por polo, comprometendo-se a interiorizar a oferta e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017, da Capes/UAB.

O apoio do polo presencial ocorre, por meio de realização dos encontros presenciais previstos pela instituição ofertante do curso. Ao longo do processo formativo, podem ser definidos momentos presenciais, a depender do planejamento de cada instituição.

2.10.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/IFES e/ou das instituições ofertantes locais. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link:

<https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150bibliotecas-virtuais>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma

Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

2.11. Fontes de Recursos Orçamentários

As fontes de recursos orçamentários da oferta do Curso DocenteEPT, Capes/UAB e Setec/MEC efetivam-se por meio de custeio e pagamento de bolsas, em conformidade com os termos estabelecidos no Edital nº 9/2022, considerando a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019; e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

3. Corpo Docente e Técnico do Curso

Para a execução dessa proposta, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Observamos a necessidade de formação de uma equipe mínima, que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos.

3.1. Formação de Formadores e equipes locais

Para o êxito desse projeto, é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os tutores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades,

animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do professor formador e dos tutores.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho, em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

3.2. Corpo Docente e técnico

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

3.3. Coordenação e Corpo Docente do Curso

As equipes do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso I: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;
- Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

4. Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

4.1. Componentes Curriculares:

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professores(as)/Responsáveis	Obrigatória ou optativa	Carga horária
MÓDULO I Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	Ambientação em EaD	Mariella Berger de Andrade e Danielli Veiga Carneiro Sondermann	Obrigatória/EaD	30
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	Gustavo Henrique Moraes e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/EaD	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	Jaqueline Maissiat e Olivier Allain	Obrigatória/EaD	60
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	Igor Mendonça e Crislaine Gruber	Obrigatória/EaD	60
	Didática Profissional e Tecnológica.	Paulo Wollinger e Indiana Reis da Silva	Obrigatória/EaD	60
MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência na EPT)	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	Crislaine Gruber e Olivier Allain	Obrigatória/EaD	60
	Gestão de Políticas Públicas para Educação Profissional	Ana Lúcia Sarmento Henrique Maria Aparecida dos Santos Ferreira	Obrigatória/EaD	60
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	Larissy Alves Cotonhoto e Emilene Coco dos Santos	Obrigatória/EaD	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	Emilene Coco dos Santos e Indiana Reis da Silva	Obrigatório/EaD	45
	Libras	Carla Rejane e Fernanda Nogueira	Obrigatória/EaD	30
	Trabalho Final de Curso - TFC (1)	Paulo Wollinger e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/EaD	30
MÓDULO III	Trabalho Final de Curso - TFC (2)	Paulo Wollinger e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				590
Carga Horária Total do Curso				590

A Setec/MEC elaborará um cronograma para a oferta do Curso DocentEPT, em âmbito nacional, no qual constará um roteiro de implementação para todas as instituições ofertantes do curso, que qual ser ajustado de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

4.1.1 Certificações Intermediárias

Este curso é composto por três módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao aluno que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao aluno que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária, de acordo com a carga horária cumprida e a aprovação nas disciplinas. A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para obter a Certificação Intermediária, o estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do curso, por meio de preenchimento de formulário específico, após ter sido aprovado em todos os componentes daquele módulo. Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao cursista, fazer a solicitação da certificação.

4.1.2 Certificação

O estudante que tiver sido aprovado em todos os componentes curriculares dos módulos I e II, e concluído o TFC, poderá requerer a certificação de conhecimentos referente ao componente “Trabalho de Final de Curso (TFC) 2”, e assim não precisar cursar o Módulo III, conforme previsto na Organização Didática do IFRN (2012):

Art.273 - Parágrafo único. Será dispensado de cursar uma disciplina o estudante que alcançar aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) nessa avaliação, sendo registrado no seu histórico acadêmico o resultado obtido no processo.

Para obter o Certificado de Especialista, o estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do curso, por meio de preenchimento de formulário específico (SUAP). Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao cursista, fazer a solicitação da certificação.

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

4.2. Ementário

Nome Componente ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária ² : 30h (Obrigatória)
Objetivos
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.

² Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Ementa
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Conteúdo
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica ³
LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: < https://moodle.org/?lang=pt_br >. Acesso em: 26 out 2018.
Bibliografia Complementar ⁴

³ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁴ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância -Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ⁵ : 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.
Ementa
Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.

⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Conteúdo
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica ⁶
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.
CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017. MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
Bibliografia Complementar ⁷

⁶ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d’histoire et d’ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l’Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Rev. Bras. de Estud. Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome Componente ou Disciplina: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ⁷ : 60h (Obrigatória)
Objetivos
Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.
Ementa
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.
Conteúdo
Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).
Metodologia e Recursos Utilizados

⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica⁸
BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013. MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Bibliografia Complementar⁹
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:

Nome Componente ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ¹¹ : 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.
Ementa
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.
Conteúdo

⁸ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

<p>Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.</p>
<p>Metodologia e Recursos Utilizados</p> <p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>
<p>Avaliação da Aprendizagem</p> <p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
<p>Bibliografia Básica¹⁰</p> <p>BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015.</p> <p>BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.</p> <p>CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/>. Acesso em 31 de maio de 2020.</p> <p>MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>PONTES, E. O que é esse tal de copyright?. 2017. Disponível em: <https://eadbox.com/copyright/>. Acesso em 31 de maio de 2020.</p>
<p>Bibliografia Complementar¹¹</p>

¹⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wpcontent/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Didática em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ¹⁴ : 60h (40h teórica e 20h prática) - Obrigatória
Objetivos
Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.
Ementa
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica. ● Didática Profissional. ● A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. ● A Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica. ● Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. ● Avaliação na Educação Profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. ● Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹²

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:

<https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral.

La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar¹⁶

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015.

Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral.

La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999

¹² Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

Nome Componente ou Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ¹⁷ : 60h (Obrigatória)
Objetivos
Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
Ementa
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. ● Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. ● Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. ● Educação por competências: conceitos e abordagens. ● Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. ● Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais. ● Currículo de PROEJA. ● Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do NAPNE, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.
Bibliografia Básica ¹³

¹³ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, consulta em 06/03/2020.

JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBNOnline.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>.

GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Bibliografia Complementar¹⁴

GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. DACUM Handbook. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press., 1997.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>.

Nome Componente ou Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ²⁰ : 45h (Obrigatória)
Objetivos
Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.
Ementa
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas. ● O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência. ● A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. ● Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. ● Avaliação no processo ensino-aprendizagem. ● Acessibilidade e tecnologias. ● O atendimento educacional especializado.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas,

¹⁴ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do NAPNE, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015

Bibliografia Básica¹⁵

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em:<http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em:< <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar²²

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)>"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK> "http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"tora/formacao.pdf">. Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Revista Poiesis Pedagógica. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

¹⁵ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
 VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Nome Componente ou Disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária ¹⁶ : 45h (Obrigatória)
Objetivos
Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.
Ementa
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ● O trabalho como princípio educativo. ● A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. ● Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. ● Inovação e seu papel tecnológico e social. ● A extensão nos currículos escolares. ● A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

¹⁶ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁷

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar¹⁸

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>BMEC. Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-epesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso 1

Carga Horária²⁶: 30h (20h teórica e 10h prática) - Obrigatória

Objetivos

Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP

Ementa

Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.

¹⁷ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹⁸ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção; ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção; ● Elaboração de relatório de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no
Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do NAPNE, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica ¹⁹
<p>MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. <i>Colloquium Humanarum</i>, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
Bibliografia Complementar ²⁰
<p>DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017.</p> <p>VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.</p>

Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso 2²¹
Carga Horária ²⁶ : 30h (20h teórica e 10h prática) - Obrigatória
Objetivos
Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP

¹⁹ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²⁰ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

²¹ O Trabalho Final de Curso 2 consiste basicamente nos mesmos objetivos e conteúdos desenvolvidos no primeiro, sendo previsto em função da necessidade de complementação obrigatória para aos alunos que não conseguirem concluir o TFC no primeiro componente curricular, tendo com isso o terceiro módulo para realização dessa atividade.

Ementa
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção; ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção; ● Elaboração de relatório de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no
Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do NAPNE, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica²²
<p>MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. <i>Colloquium Humanarum</i>, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
Bibliografia Complementar²³
<p>DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017.</p> <p>VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.</p>

Nome Componente ou Disciplina: Libras
Carga Horária ²⁹ : 30h - Obrigatória
Objetivos

²² Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²³ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.
Ementa
Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.
Conteúdo
Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015
Bibliografia Básica²⁴
FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.
Bibliografia Complementar³¹

²⁴ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Rafael dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

Nome Componente ou Disciplina: Gestão de Políticas Públicas para Educação Profissional
Carga Horária: 60h - Obrigatória
Objetivos
<p>Analisar as concepções de políticas públicas em Educação Profissional no Brasil e suas implicações no contexto educacional.</p> <p>Analisar as diretrizes políticas governamentais para formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em Educação Profissional no Brasil.</p> <p>Analisar os planos, programas e projetos de Educação Profissional implementados no Brasil pós LDB n 9.394/96.</p>
Ementa
Estudo das concepções de políticas públicas para a Educação Profissional no Brasil. Formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas em Educação Profissional. Planos, programas e projetos de Educação Profissional pós LDB nº 9.394/96.
Conteúdo
<p>Políticas públicas para a Educação Profissional: concepções e diretrizes.</p> <p>Agendas das políticas públicas para a educação profissional no Brasil: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação;</p> <p>Planos, Programas e Projetos para a Educação Profissional: concepções, ações e financiamentos.</p>
Metodologia e Recursos Utilizados
As atividades a serem realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, compreenderão: leitura e produção de texto, fórum de discussão e sessão de chat.
Avaliação da Aprendizagem
O processo avaliativo ocorrerá de forma contínua com reorientação das atividades no processo, considerando-se o desempenho dos estudantes nas atividades propostas, a participação no ambiente virtual de aprendizagem e o cumprimento do tempo previsto para a realização das atividades.
Bibliografia Básica ²⁵
<p>FERREIRA, Eliza Bertolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (organizadoras). Crise da escola e políticas educativas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.</p> <p>MOURA, Dante Henrique (org.) Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016.</p> <p>MORAES, Bianca Mota et al. Políticas Públicas de Educação. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016.</p> <p>DOURADO, Luiz Fernandes. Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.</p>
Bibliografia Complementar ³¹

²⁵ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (organizadoras). Política Educacional: contextos e perspectivas de educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.

Grabowski, Gabriel. Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

KRAWCZYK, Nora Rut; Wanderley, Luiz Eduardo (organizadores). América Latina: estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática: desafios contemporâneos. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

4.3. Metodologia

Esse curso será desenvolvido em três semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso queira;
- videoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, hiperlinks ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesse projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de prepararem todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participarão de atividades de formação de formadores no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

Esse curso contempla a oferta de três módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- *1ª Etapa:*

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições parceiras, ou seja, da Setec/MEC, das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que aderiram a oferta Capes/UAB, bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA , que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao aluno, o domínio pleno da plataforma do AVA. Essa disciplina também deverá capacitar os tutores a distância, para que possam dar suporte aos alunos durante a oferta do curso.

- *2ª Etapa:*

Nessa etapa, serão ofertadas duas disciplinas, de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades avaliativas integradas, para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

- *3ª Etapa:*

Nessa etapa, serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Gestão de Políticas Públicas para Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras serão ofertadas simultaneamente; em seguida e da mesma forma, as outras três e, por fim, o Trabalho Final de Curso (TFC) 1. Caso o aluno não consiga concluir o TFC ao final do primeiro ano, irá para o Trabalho Final de Curso (TFC) 2 no terceiro semestre do curso. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades presenciais e/ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam sendo ofertadas, os alunos possam iniciar o desenvolvimento de um projeto de investigação, que será uma preparação para a elaboração do Trabalho Final do Curso (TFC), que será iniciado no segundo semestre e concluído no último semestre do curso.

4.4. Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem obedecerá, no que couber, às determinações do Regulamento de Organização Didática de cada instituição ofertante, incluindo as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse; □ atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a cem. Portanto, os alunos que não atingirem nota igual ou superior a sessenta serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, votadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas também será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os professores possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão a respeito de suas próprias práticas docentes, bem como para a revisão da estrutura da unidade curricular nas ofertas subsequentes.

4.5. Trabalho Final de Curso ó TFC

O artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EPT, estabelece:

II - Participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja constituído de elaboração e posterior apresentação de um projeto de intervenção, desenvolvido por cada cursista, individualmente, e que esteja fundamentado a partir dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores orientadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final, e também aos profissionais envolvidos nessa etapa de avaliação, para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e da apresentação de cada TFC.

Como se trata de uma intervenção, caberá, ao aluno, a elaboração e a construção dessa atividade, mediante as orientações do professor formador/orientador do TFC. As bancas de defesa serão compostas pelo professor formador/orientador do TFC, pelo coordenador do Curso

de cada instituição e de um convidado externo, que avaliarão o aluno. As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual, e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- a disciplina referente à elaboração do TFC promoverá reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção, bem como disponibilizará material para elaboração do referido projeto. Cada aluno escolherá um curso de EPT, ofertado por uma escola técnica, e deverá contactar o coordenador do referido curso e um docente, para realizar uma entrevista sobre os desafios de ensino da EPT;
- este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou para realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;
- o aluno deverá inserir, no AVA Moodle, o seu projeto de intervenção, o relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

4.6. Atividades de atendimento aos estudantes

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

6. Estágio

Não haverá estágio no curso.

7. Avaliação do Curso

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em:
BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. La fonction psychologique du travail. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

LAVE, J.; WENGER, E. *Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation*. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. *Les techniques du corps*. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: *Journal de Psychologie*, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. *As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. *Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. *O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador*. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. *Comment homo devient faber*. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. *L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle*. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. *Haudricourt et la technologie*. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. *La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques*. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. *Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail*. *Techniques & Culture*, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. “La didactique professionnelle”. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. *Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional*. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *O conceito de tecnologia*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. *Communities of practice: learning, meaning and identity*. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-112017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativodetalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3#anchor>

Documento Digitalizado Público

PPC_DocentEPT_UAB_Setec

Assunto: PPC_DocentEPT_UAB_Setec

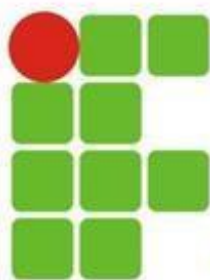
Assinado por: -

Tipo do Documento: Projeto Político Pedagógico de Curso

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

Projeto de Autorização de
Funcionamento do Curso de
especialização em
*Docência para Educação Profissional e
Tecnológica*
na modalidade à distância
(Pós-Graduação *Lato Sensu*)

Projeto de Autorização de Funcionamento do
Curso de especialização em
Docência para Educação Profissional e
Tecnológica
na modalidade à distância
(Pós-Graduação Lato Sensu)

Projeto pedagógico de curso aprovado pela Resolução N° 61/2022-CONSUP/IFRN, de 07/06/2022.
Autorização de funcionamento concedida pela Resolução N° 61/2022-CONSUP/IFRN, de 07/06/2022.

José Arnóbio de Araújo Filho
REITOR

Dante Henrique Moura
PRÓ-REITOR DE ENSINO

José Roberto Oliveira dos Santos
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO NATAL – ZONA LESTE

Albérico Teixeira Canário de Souza
DIRETOR ACADÊMICO DO CAMPUS AVANÇADO NATAL – ZONA LESTE

Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO/SISTEMATIZAÇÃO

Portaria n° 99/2022 DG/ZL/RE/IFRN

Claudia Pereira de Lima Parente

Edneide da Conceição Bezerra

Leandro Viana Silva

Luciane Soares Almeida

Maria Adilina Freire Jerônimo de Andrade

Patrícia Carla de Macedo Chagas

Silvia Regina Pereira de Mendonça

Thalita Cunha Motta

REVISÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Maria Adilina Freire Jeronimo de Andrade

REVISÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO	5
3. DESCRIÇÃO DA OFERTA	5
4. JUSTIFICATIVA	5
5. INFORMAÇÕES RELEVANTES AO PÚBLICO EXTERNO SOBRE O CURSO	9
6. APOIO DISCENTE.....	9
7. AÇÕES DECORRENTES PARA OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DO CURSO	10
8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	10
9. BIBLIOTECA	12
10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	13
11. PROJEÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOCENTE.....	14
12. ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS	15
ANEXO I - BIBLIOGRAFIA BÁSICA.....	17

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O presente projeto solicita autorização para funcionamento para o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT, lato sensu, na modalidade à distância, área de Educação – Código 70800006 – CAPES/CNPq da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no Campus Natal – Zonal Leste do IFRN, situado na Av. Senador Salgado Filho, n°. 1559. O Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado pela Resolução N.xx/20xx-CONSUP/IFRN, de xx/xx/20xx.

2. DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

O curso será coordenado pela professora Claudia Pereira de Lima Parente, professora do IFRN sob CPF nº 000603474-81, matrícula SIAPE 1481936, regime efetivo, com formação em Pedagogia e Doutorado em Educação. A coordenadora tem experiência profissional com Formação de Professores em nível superior desde o ano de 2007 quando atuou na UFRN, e a partir de 2009, quando ingressou no IFRN. Desde então vem atuando tanto nas Licenciaturas, como nos cursos de Pós-graduação lato sensu como professora, orientadora e avaliadora de trabalhos de conclusão de cursos. A sua carga horária presencial será de 10 horas semanais.

3. DESCRIÇÃO DA OFERTA

O curso funcionará a partir de Agosto de 2022 em 5 polos, sendo 3 (três) polos efetivos e 2 (dois) polos associados que integram a IES/IFRN e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), destinados a capacitar profissionais das redes federal, estaduais e municipais para atuarem voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação Profissional nas redes públicas de educação. Serão desenvolvidas 590 horas, com previsão de conclusão em dezembro de 2023.

O curso funcionará a partir do período letivo 2022.2, conforme descrito no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Descrição da oferta do curso até o período de integralização.

Ano/Semestre	Turno	Vagas totais anuais	Carga horária total do curso (horas)	Tempo total do curso (anos ou semestres)	Periodicidade da oferta (eventual/regular)
2022.2	EaD	200	590h	3 semestres	eventual

4. JUSTIFICATIVA

A reestruturação no setor produtivo ocorrido, especialmente, a partir dos anos de 1990, assim

como o crescente desenvolvimento científico e tecnológico decorrente da economia global e informacional, imprimiram, mundialmente, uma série de mudanças de ordem política, socioeconômica e cultural, inclusive com reflexos na educação. Essa realidade provocou uma série de reformas no âmbito dos países em desenvolvimento, como o Brasil. Em decorrência, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades entre aqueles que têm acesso aos serviços de qualidade e aqueles que ficam às margens dos direitos. Por outro lado, a partir dos anos 2000, algumas iniciativas, se materializaram no sentido de ampliar e de interiorizar as instituições públicas, como os Institutos Federais, contribuindo para que o acesso à educação, à ciência e à tecnologia pudesse beneficiar uma parcela mais ampla da sociedade por meio da educação pública e gratuita.

Por sua vez, a construção de uma postura crítico-reflexiva leva à necessidade de se superar a lógica exclusivamente produtivista, inserindo-se, no escopo das produções acadêmico-científicas e pedagógicas, as demandas que atendam à função social da Instituição. Essa postura faz com que os processos e os produtos da sociedade global e informacional possam ser referenciados na sociedade e apropriados de modo sustentável. Atende-se, assim, às necessidades da sociedade na qual o IFRN atua, primando pelo respeito à diversidade e à inclusão social.

Ao apresentar um Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT), voltado para profissionais graduados, não licenciados, que tem como prioridade professores que atuam na Educação Básica Pública, vislumbramos integrar um esforço nacional, em rede de contribuição, em prol da melhoria da qualidade do ensino e valorização do magistério.

A valorização e o investimento na formação continuada de docentes são fatores imperativos e fundamentais para a melhoria do sistema educacional brasileiro. Temos um grande desafio: o de investir na qualidade da educação básica do Brasil vislumbrando uma escola de acesso a todos, inclusiva, laica, de qualidade, em que os alunos, ávidos por conhecimentos, possam desenvolver habilidades e competências que os auxiliem nos enfrentamentos cotidianos da sociedade, no mundo do trabalho, no ambiente social e familiar, exercendo a cidadania de forma consciente, ética e criteriosa.

A Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com

propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

A Proposta deste curso de Especialização em nível nacional foi submetida ao edital 05/2018 (CAPES), visto que tinham como meta atender à crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Além disso, também visa atender à Política nacional de formação de professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

O curso foi elaborado pelo IFSC em parceria com o IFES, e em sua primeira edição teve duas ofertas, uma da CAPES e outra pelo IFES, para 26 Estados e o Distrito Federal, por meio de TED, com o apoio da SETEC, sendo o IFSC a única instituição certificadora da oferta. Em sua próxima edição, foram submetidas as propostas ao Edital nº 9/2022 (CAPES), com previsão de 6.120 vagas, e 25 instituições que integram o sistema UAB, entre elas o IFRN.

É importante destacar também que em maio/2022 foi instituída uma nova Resolução com Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação), a resolução CNE/CP Nº 1, de 2 de maio de 2022, que estabelece:

Art. 3º A formação inicial de professores para atuação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve ser realizada em nível superior:
 I – em cursos de graduação de licenciatura;
 II– em cursos destinados à Formação Pedagógica para licenciatura de graduados não licenciados;
 III – em cursos de Pós-Graduação lato sensu de Especialização estruturados para tal;
 IV – em programas especiais, de caráter excepcional; ou
 V – outras formas, em consonância com a legislação e com normas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Outrossim, dentro das prerrogativas de atuação e, ainda, das formas de oferta desta formação, a Lei 12.056/2009, complementa o artigo 62 da LDB, destacando que a “ [...] União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” Enfatizando que na formação continuada e na capacitação dos profissionais do magistério “ [...] poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.”

No Brasil, os programas de formação de docentes são requeridos pela grande demanda por formação de professores em diferentes áreas do conhecimento, em todas as regiões e unidades da federação, em particular, os programas especiais de formação pedagógica de docentes para a educação básica e para a educação profissional e tecnológica.

De modo específico, possibilitar a profissionais não licenciados da educação profissional e tecnológica, portadores de diplomas de curso superior, uma formação pedagógica, não é apenas uma forma de legitimar o seu trabalho docente, que já está sendo desenvolvido, mas é qualificar a experiência desses profissionais, agregando saberes científicos e pedagógicos a esse fazer, de modo a proporcionar o domínio de novas habilidades para a atuação na docência.

Entende-se que um processo de formação pedagógica de professores para a educação profissional e tecnológica deva integrar as políticas atuais para a formação continuada do docente, sustentando-se numa base comum de referência nacional (orientações, diretrizes e condições legais e administrativas) que permita, aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis por essa formação docente, a viabilização de um processo formativo integrado às demais ações que conduzam à superação de precariedade da realidade educacional.

A atividade em parceria cooperativa é uma tendência da educação que emerge da organização, em rede, na sociedade digital. Este modelo de organização, como destaca Dias (2013, p. 5), “[...] contribui de forma decisiva para a diluição das barreiras de natureza geográfica e sociais, e promove [...] o desenvolvimento das novas práticas de interação entre os indivíduos, e entre estes e os contextos de aprendizagem e conhecimento.”

Esta tendência cresce apoiada nas “[...] facilidades que as tecnologias disponibilizam para construir uma experiência de educação e comunicação aberta e global, que tem o seu maior impacto nas formas emergentes de interação social nas redes de conhecimento [...]”. (DIAS, 2013, p. 5)

Deste modo, estas parcerias, sob a forma de redes colaborativas, podem se configurar em espaços de mediação social e cognitiva diminuindo as barreiras de tempo e espaço, espaços em que a distância se dilui na “[...] proximidade virtual e do envolvimento colaborativo [...]”. (p.6)

O avanço tecnológico possibilitou uma nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) tem se expandido rapidamente como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção.

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, esses polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e funcionam, portanto, como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência webconferência, tele aulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com videoconferência, Internet, telefone ou outros meios que venham a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria a distância.

Nessa perspectiva, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, Pós- Graduação Lato Sensu, na modalidade a distância, estará contribuindo para a elevação da qualidade da educação pública em várias regiões do Brasil, formando o Especialista, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES AO PÚBLICO EXTERNO SOBRE O CURSO

O curso funcionará a partir de agosto de 2022 em 05 polos definidos em conjunto em reunião dos polos que compõe a UAB/RN. Importante ressaltar que na implantação desse curso o CONIF foi ouvido, pois mesmo irá envolver vários estados da federação. O curso se destina a capacitar profissionais das redes federal, estaduais e municipais para atuarem de forma adequada como docentes da Educação Profissional.

Serão desenvolvidas 590 horas, com previsão de conclusão em dezembro de 2023.

6. APOIO DISCENTE

Possibilita ao estudante o desenvolvimento de atividades acadêmicas e apoio pedagógico que contribuam para a sua formação pessoal e profissional, seja no âmbito do ensino, da pesquisa e inovação ou da extensão, constituindo-se como meio de ampliação curricular, de experiência e vivência acadêmica.

Entre as ações que serão desenvolvidas de apoio ao estudante no Campus Avançado Natal – Zona Leste do IFRN e dos diferentes polos envolvidos com a efetivação do curso de especialização:

- a) Acompanhamento do absenteísmo e contato com os alunos;
- b) Apoio para à permanência e êxito escolar;
- c) Apoio presencial em cada polo.

7. AÇÕES DECORRENTES PARA OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DO CURSO

Conforme o Art. 2º do Regimento da Comissão Permanente de Avaliação, a CPA é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos acadêmicos e administrativos, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e atende ao PDI do IFRN quanto aos níveis e modalidades de ensino. No âmbito do Campus EaD, a CPA local. Compete à CPA do Campus Avançado Natal – Zona Lesta:

- I. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- II. Sistematizar as informações relativas à autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação definido pela CPA Central;
- III. Sensibilizar a comunidade acadêmica para os processos de avaliação institucional;
- IV. Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas no Campus;
- V. Apoiar a CPA Central no acompanhamento do processo de avaliação externa;
- VI. Propor à CPA Central e/ou desenvolver projetos, programas e ações, visando à melhoria do processo avaliativo institucional;
- VII. Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela CPA Central;
- VIII. Elaborar relatórios parciais e finais do Campus e encaminhá-los à CPA Central;
- IX. Socializar o processo avaliativo e os resultados da avaliação com a comunidade interna e externa do Campus.

Os questionários de avaliação dos cursos e dos processos administrativos do Campus são disponibilizados aos servidores e alunos através do SUAP, sob o incentivo dos membros da CPA local para que haja um maior número de respostas possível a esses instrumentos quando de sua disponibilização.

8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O Curso utiliza a plataforma virtual de aprendizagem “Moodle” como principal meio de contato entre o aluno e a instituição. Serão elaboradas, através dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação com os professores, tutores e alunos, tais como fóruns, chats e correio eletrônico.

O conteúdo das disciplinas deverá ser sistematizado em diferentes formatos, a seguir especificados bem como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Vídeoaulas;
- Vídeo e Webconferências;
- e-mail e sistemas de comunicação baseado na internet, síncronos e assíncronos;
- textos em formato eletrônico (.doc ou .pdf), em número não especificado por módulo;
- videoconferências, sendo uma por módulo, previamente agendadas com os alunos.

O IFRN goza de plenos direitos para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância concedidos pela Portaria de autorização nº 871, de 07 de abril de 2006, do Ministério da Educação. Ademais, aliada à sua experiência em EaD, na produção de teleaulas para o curso a distância do Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania - Proitec, dispõe de infraestrutura física para realização de cursos na modalidade a distância, compreendendo:

- três laboratórios de Informática;
- provedor de Internet;
- Rednet;
- três auditórios equipados para videoconferência;
- um estúdio de produção multimídia;
- videoteca;
- biblioteca
- uma sala de treinamento;
- uma sala de reuniões e estudo;
- uma sala de produção de material multimídia;
- uma sala de coordenação.

As experiências de educação a distância mostram que o processo de ensino e aprendizagem são mais ricos quando podem contar com polos de atendimento. Um indicador importante é a queda nos índices de evasão quando se dispõe desses ambientes de estudo, onde podem contar com uma infraestrutura de atendimento e local para estudos, além de orientação e apoio efetivo dos tutores. Assim, os polos estabelecem e mantêm o vínculo dos estudantes com a entidade executora e deverão, portanto, funcionar como laboratórios pedagógicos com equipamentos que serão utilizados ao longo do processo ensino- aprendizagem.

Em relação ao processo ensino-aprendizagem, nos polos, serão realizadas aulas presenciais ou via videoconferência, videoaulas, tutoria presencial, estudos individuais ou em grupo, avaliações presenciais de conteúdo e institucionais. Para dar suporte a esse processo ensino-aprendizagem a infraestrutura dos polos deverá contar com computadores com acesso a Internet banda larga e webcam (assessorio que permitirá ao educando não apenas a assistir às videoconferências, mas também a interagir com os orientadores à distância), além de telefone ou outros meios que venham

a ser necessários para que possa ocorrer a tutoria à distância.

As atividades acadêmicas nos polos ofertantes serão desenvolvidas em espaços de aprendizagem, tais como: salas de aula e laboratórios de informática.

Os laboratórios de Informática deverão ser devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os softwares necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso deverão ser dotadas de quadros de lousa brancos, tela para projeções por meio de retroprojektor e projetor multimídia, computador conectado à rede mundial de computadores (Internet). Espaço físico adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido às salas disporem de boa ventilação e iluminação.

Quadro 1 - Descrição do Laboratório 1 de informática.

Laboratório: de Informática		Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
		64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)				
31 bancadas incluindo a do professor				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Quantidade	Especificações			
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)			
5	Estabilizadores de 5KVA			
1	Switch gerenciável			
1	Rack de parede fechado			

Quadro 02 – Descrição do Laboratório 2 de informática.

Laboratório: de Informática		Área (m ²)	m ² por bancada	m ² por aluno
		64	2,7	1,6
Descrição (materiais, ferramentas, softwares instalados, e/ou outros dados)				
31 bancadas incluindo a do professor				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Quantidade	Especificações			
30	Computadores completos (gabinete, monitor, estabilizador, mouse e teclado)			
5	Estabilizadores de 5KVA			
1	Switch gerenciável			
1	Rack de parede fechado			

9. BIBLIOTECA

A Biblioteca deverá operar com um sistema completamente informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimos prevê um prazo máximo de 14 (catorze) dias para o aluno

e 21 (vinte e um) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

Deverão estar disponíveis para consulta e empréstimo, numa proporção de 6 (seis) alunos por exemplar, no mínimo, 3 (três) dos títulos constantes na bibliografia básica e 2 (dois) dos títulos constantes na bibliografia complementar das disciplinas que compõem o curso, com uma média de 5 exemplares por título.

10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

As equipes do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso I: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;

- Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Os Quadros 03 descrevem o quantitativo mínimo de pessoal da coordenação e corpo docente necessários ao funcionamento do Curso.

Quadro 03 - Pessoal docente necessário ao funcionamento do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT)

Docentes	Quant.
Professor Formador	11
Tutor a Distância	5 por disciplina
Tutor Presencial	1 por polo
Coordenação	Quant.
Coordenador de Curso	01
Coordenador de Tutoria	01
Coordenador de Polo	01 por polo
Equipe Multidisciplinar	3

O Coordenador de Curso será responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e acompanhamento das ações desenvolvidas. O curso terá a duração total de 18 meses. Após a integralização das disciplinas que compõem o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, Pós-Graduação Lato Sensu, na modalidade de educação a distância e da defesa do Trabalho Final de Curso, será conferido ao egresso o Certificado de **Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica**.

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

11. PROJEÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOCENTE

Será de acordo com a estrutura curricular do curso sendo os docentes selecionados por meio de editais específicos com carga horária definida na referida organização curricular. Os professores servidores que forem atuar no curso precisam de autorização da chefia imediata para tal de forma que

não interfira na carga horária docente institucional.

12. ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

O Quadro XX, a seguir, apresenta itens que são essencialmente regulatórios, devendo ser observado o dispositivo legal e normativo por parte da instituição, quando da criação de cursos pelo *Campus*, incluído o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 05 – Requisitos legais e normativos.

DISPOSITIVO LEGAL		COMO O CAMPUS E O CURSO CONTEMPLAM O DISPOSITIVO LEGAL? SIM/NAO
O curso está de acordo com os Arranjos Produtivos sociais e culturais locais do campus proponente?		SIM
O curso está de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI)?		SIM
1 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.	O PPC está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais? NSA para cursos que não têm Diretrizes Curriculares Nacionais.	SIM
2 - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.		SIM
3 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Brasileira e Africana (CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004)	A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem Afro-respeito aos (Resolução afrodescendentes estão incluídas nas disciplinas e atividades curriculares do curso?	NÃO
4 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N°1, de 30/05/2012)		NÃO
5 – Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012		SIM
6 - Titulação do corpo docente (Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	Todo corpo docente tem formação em pós-graduação?	SIM
7 - Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	O NDE atende à normativa pertinente?	NSA
8 - Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia Normativa N° 12/2006)	A denominação do curso está adequada ao Catálogo (Portaria Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?	NSA
9 - Carga horária mínima, em para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002)	Desconsiderando a carga horas – horária do estágio profissional supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, caso estes estejam previstos, o curso possui carga horária igual ou superior ao estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?	NSA

<p>10 - Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas) Resolução CNE/CP N° 1 /2006 (Pedagogia)</p>	<p>O curso atende à carga horária mínima em horas estabelecidas nas resoluções?</p>	<p>NSA</p>
<p>11 - Tempo de integralização Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)</p>	<p>O curso atende ao Tempo de Integralização proposto nas resoluções?</p>	<p>NSA</p>
<p>12 - Condições de acesso para com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)</p>	<p>A IES apresenta condições de peessoas acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?</p>	<p>SIM</p>
<p>13 - Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. N° 5.626/2005)</p>	<p>O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso (obrigatória ou optativa, depende do curso)?</p>	<p>SIM</p>
<p>14 - Prevalência de avaliação presencial para EaD (Dec. N° 5.622/2005 art. 4 inciso II, § 2)</p>	<p>Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação a distância?</p>	<p>NÃO</p>
<p>15 - Informações acadêmicas (Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)</p>	<p>As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e virtual?</p>	<p>SIM</p>
<p>16 - Políticas de educação 9.795, de 27 de abril de Decreto N° 4.281 de 25 junho de 2002)</p>	<p>Há integração da ambiental educação ambiental às (Lei n° disciplinas do curso de 1999 e modo transversal, contínuo de e permanente?</p>	<p>NÃO</p>
<p>17 – Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena,</p>		<p>NSA</p>

ANEXO I - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MÓDULO I - Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	
Ambientação Em EAD	<ol style="list-style-type: none"> 1. LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016. 2. LITTO, M. F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 3. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p. MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011. MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.
Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	<ol style="list-style-type: none"> 1. ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. 2. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. 3. BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. 4. CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017. 5. MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	<ol style="list-style-type: none"> 1. BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013. 2. MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999. 3. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. 4. PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999. 5. VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	<ol style="list-style-type: none"> 1. BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015. 2. BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>. 3. CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/>. Acesso em 31 de maio de 2020. 4. MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem online. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 5. PONTES, E. O que é esse tal de copyright?. 2017. Disponível em: <https://eadbox.com/copyright/>. Acesso em 31 de maio de 2020.
Didática em Educação Profissional e Tecnológica.	<ol style="list-style-type: none"> 1. BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999. 2. DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf> 3. ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012. 4. GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
MÓDULO II - Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência EPT)	

<p>Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, consulta em 06/03/2020. JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBNOnline.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad. GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.
<p>Gestão de Políticas Públicas para Educação Profissional</p>	<ol style="list-style-type: none"> FERREIRA, Eliza Bertolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (organizadoras). Crise da escola e políticas educativas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. MOURA, Dante Henrique (org.) Educação Profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Natal: IFRN, 2016. MORAES, Bianca Mota et al. Políticas Públicas de Educação. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. DOURADO, Luiz Fernandes. Plano nacional de educação: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.
<p>Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em: 04 abril 2018. DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723. FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013. SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/. Acesso em abril de 2020.
<p>Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002. GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012. JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014. PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.
<p>Libras</p>	<ol style="list-style-type: none"> FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

<p>Trabalho Final de Curso - TFC (1)</p>	<ol style="list-style-type: none"> MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. <i>Colloquium Humanarum</i>, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo:Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
<p>MÓDULO III - Trabalho Final de Curso - TFC</p>	
<p>Trabalho Final de Curso - TFC (2)</p>	<ol style="list-style-type: none"> MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. <i>Colloquium Humanarum</i>, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo:Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANEXO II - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

<p>MÓDULO I - Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)</p>	
<p>Ambientação Em EAD</p>	<ol style="list-style-type: none"> BEHAR. Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p. BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p. BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 26 out 2018. CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016.72 p. MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância -Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p. MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p. PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out 2018.
<p>Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010. GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. <i>Revista Vértices</i>, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003. GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. <i>Trabalho & Educação</i>, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie destechniques.Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>. PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. <i>Rev. Bras. de Estud.</i>

	<p>Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf></p> <p>10. PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.</p> <p>11. ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.</p> <p>12. SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.</p> <p>13. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>14. WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.</p>
<p>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica</p>	<p>1. ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p> <p>2. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.</p> <p>3. BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:</p>
<p>Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.</p>	<p>1. CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: <http://porvir.org/wpcontent/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf>. Acesso em: 31 maio de 2020.</p> <p>2. GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001. PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em <https://porvir.org/especiais/tecnologia/>. Acesso em 31 maio. 2020.</p> <p>3. SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>.</p> <p>4. SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.</p> <p>5. RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>. Acesso em: 28 fev. 2018.</p>
<p>Didática em Educação Profissional e Tecnológica.</p>	<p>1. ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576></p> <p>2. ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.</p> <p>3. BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.</p> <p>4. BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.</p> <p>5. BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.</p> <p>6. BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: < http://www.marcelo.sabbatini.com/wp-content/uploads/downloads/2016/07/becker-epistemologias.pdf > . Acesso em: 25 set. 2016.</p> <p>7. BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.</p> <p>8. DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf></p> <p>9. ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la</p>

<p>Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>BMEC.> 2. Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-epesquisa-aplicada/>. Acesso em: 14 jun 2018. 3. BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020. 4. BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Atos2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.
<p>Libras</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 2. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013. 3. PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. 4. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. 5. SILVA, Rafael Dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015. 6. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.
<p>Trabalho Final de Curso - TFC (1)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017. 2. VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003
<p>MÓDULO III - Trabalho Final de Curso - TFC</p>	
<p>Trabalho Final de Curso - TFC (2)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017. 2. VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003

Documento Digitalizado Público

PAFC Docência EPT 31-05

Assunto: PAFC Docência EPT 31-05

Assinado por: -

Tipo do Documento: Projeto de Autorização de Funcionamento

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples